



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ata n.º 5/2023
do Conselho Académico
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ao décimo oitavo dia do mês de maio de 2023, pelas catorze horas e quarenta minutos, teve lugar, na sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, reunião do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) regularmente convocada pela Diretora da Faculdade e presidente de órgão Professora Doutora Paula Vaz Freire.

Contou com a presença dos seguintes membros.

Membros docentes:

Professora Doutora Paula Vaz Freire, que preside
Professor Doutor Pedro Madeira de Brito
Professora Doutora Raquel Brizida de Castro
Professor Doutor Filipe de Arede Nunes
Dr. Gonçalo Fabião

Membros não docentes:

Dr. Bertolino Campaniço
Dr. Rui Pina

Membros discentes:

Dra. Leandra Souza
Clara Palma
Pedro Estevens
Rita Miranda



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Participou, igualmente, nos termos regimentais e estatutários, a Diretora Executiva, Dra. Cândida Machado e, em representação da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL), Gonçalo Piteira. Foi convidada a participar na reunião, tendo em consideração o ponto quinto da Ordem de Trabalhos, a Chefe de Divisão da Biblioteca da FDUL, Dra. Licínia Santos.

Em primeiro lugar, e em relação ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos (**Aprovação das Atas das Reuniões Anteriores**), por não ter circulado, a Ata n.º 4/2023 não foi aprovada.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos (**Candidaturas a Mestrados e Doutoramentos 2023-2023**), o Dr. Bertolino Campaniço apresentou o Relatório (Anexo n.º 1).

A Diretora, Professora Paula Vaz Freire, salientou que a antecipação do procedimento de candidaturas era bastante positiva. Destacou ainda o elevado número de candidaturas ao Mestrado em Direito e Prática Jurídica.

O Dr. Gonçalo Fabião felicitou a Direção pela antecipação do processo de candidaturas e sublinhou a existência de alguns problemas relacionados com a disponibilização de programas e da distribuição do serviço docente.

O Dr. Bertolino Campaniço informou que se estava já a preparar o carregamento da distribuição no sistema informático e que havia algumas falhas na distribuição do grupo de ciências jurídicas, nomeadamente na área de Direito Penal.

A Diretora, Professora Paula Vaz Freire, chamou a atenção para a existência de um viés, devido à falta de conhecimento objetivo do número de alunos inscritos em cada unidade curricular e o modo como tal condiciona a distribuição do serviço docente. Sublinhou ainda a importância de existirem fichas curriculares uniformizadas.

A discente Rita Miranda questionou quando seriam publicados os programas na página na Internet da Faculdade.

A Diretora, Professora Paula Vaz Freira, explicou que os programas são disponibilizados à medida que são entregues pelos docentes.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O representante da AAFDL, Gonçalo Piteira, indicou existirem programas, relativos a unidades curriculares do 4.º ano, trocados.

A discente Dra. Leandra Souza defendeu existirem muitos alunos sem qualquer informação acerca dos programas e respetivos conteúdos.

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos (**Informação administrativa e dados pessoais**), a Diretora, Professora Paula Vaz Freire começou que explicar que a existência de um problema relativo ao acesso a dados pessoais dos alunos surgiu devido ao facto de os docentes poderem aceder a informação sobre a nota média e nacionalidade. Informou existir uma Diretriz (1/2018) da Comissão Nacional de Proteção de Dados da qual resulta a necessidade de tomar em consideração a necessidade e a proporcionalidade no que concerne ao acesso a dados.

O Dr. Gonçalo Fabião defendeu ser uma boa prática da Faculdade a disponibilização de informações como pautas de notas ou pautas de provas orais, bem como que a informação deverá ser disponibilizada a todos os membros da comunidade académica.

O Professor Pedro Madeira de Brito advogou que este era um tema de grande sensibilidade, dada a dificuldade de determinação dos parâmetros adequados e defendeu a intervenção do Encarregado de Proteção de Dados.

O representante da AAFDL, Gonçalo Piteira, sugeriu que a disponibilização da nota média dos alunos era inútil.

O Dr. Bertolino Campaniço informou que havia sido alterada a forma de gestão das provas orais no Site na Internet da Faculdade de modo a não ser disponibilizada informação sensível.

A Professora Raquel Brizida de Castro explicou que o recurso a mecanismos informáticos permite o cruzamento de dados.

O representante da AAFDL, Gonçalo Piteira, defendeu que a partilha de informação deverá fazer-se em local de acesso reservado e chamou a atenção para a importância da transparência.

O discente Pedro Estevens explicou que qualquer discente, a partir do número de alunos, pode obter informação sobre os estudantes integrantes de qualquer júri de provas orais.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Diretora, Professora Paula Vaz Freire, defendeu que todas as questões deverão ser colocadas ao Encarregado de Proteção de Dados.

O discente Pedro Estevens propôs que se deliberasse no sentido de retirar as informações relativas à nota média e nacionalidade.

A discente Rita Miranda questionou sobre quais as informações que deveriam estar disponíveis para consulta dos docentes na plataforma Fénix. Ademais, defendeu a disponibilização das pautas das provas orais no site na Internet da Faculdade.

O Dr. Gonçalo Fabião sugeriu que fossem colocadas as seguintes questões ao Encarregado de Proteção de Dados:

- i) É legítimo publicitar pautas de avaliação com a indicação do número, nome, turma e subturma dos alunos em sítio online de exclusivo acesso à comunidade académica?;
- ii) É legítimo publicitar pautas de agendamento de provas orais com a indicação do número, nome, turma, tipo de prova e nota dos alunos em sítio online de exclusivo acesso à comunidade académica?
- iii) É legítimo o acesso exclusivo dos docentes à média e à nacionalidade dos alunos?

No quarto primeiro e último ponto da Ordem de Trabalhos (**Outros assuntos**), o Dr. Bertolino Campaniço apresentou as propostas de Calendário Escolar (Anexos 2, 3, 4 e 5) e sugeriu a sua aprovação por e-mail até dia 24 de maio.

A discente Rita Miranda solicitou confirmação acerca da entrada em vigor do Regulamento de Cacifos. Solicitou, ainda, informação sobre a possibilidade de reforço do Gabinete de Apoio Psicológico.

A Diretora, Professora Paula Vaz Freire, explicou que naquele dia havia decorrido a primeira intervenção no âmbito do cumprimento do Regulamento de Cacifos e explicou que doravante haveria intervenções semanais. Explicou, também, que não estava previsto qualquer reforço do Gabinete de Apoio Psicológico.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Dr. Bertolino Campaniço informou que a Divisão Académica havia já introduzido a certificação digital de documentos através do Fénix.

A Diretora, Professora Paula Vaz Freire, informou que estava em curso uma revisão dos grupos de trabalho da Faculdade. Em relação ao grupo relativo à Sustentabilidade e Ambiente pediu, devido ao facto de ter em falta um estudante, que fosse indicado um nome.

Esgotada a Ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi concluída a reunião pelas dezasseis horas e dez minutos.

A Presidente do Conselho Académico

(Prof.^a Doutora Paula Vaz Freire)

O Secretário

(Prof. Doutor Filipe Arede Nunes)